

Antes do recesso, 4 emendas

O Plenário do Senado deverá votar antes do recesso de julho as quatro propostas de emenda constitucional que tramitam na casa. A informação foi transmitida pelo presidente do Senado, José Sarney, após reunir-se com líderes partidários no início da noite de ontem. A emenda que flexibiliza o monopólio da Petrobrás, ainda dependendo de aprovação em segundo turno na Câmara, será votada pelo Senado no final de agosto.

Página 3

NESTA EDIÇÃO

Proposta une políticos do Norte

Página 4

Lobão pede subsídio para feijão e arroz

Página 3

Comissão analisa a fruticultura

Página 4



Loyola foi sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Gilberto Miranda

Indicação de Loyola para BC é aprovada

Freire, Fogaça e Suplicy pedem apreciação de projeto que prevê "quarentena" para quem ocupou cargo de presidente do banco

O Senado Federal aprovou ontem à tarde, por 45 votos a 12, e uma abstenção, a indicação do economista Gustavo Loyola para a presidência do Banco Central. A mensagem presidencial havia sido aprovada, horas antes, após sabatina de Loyola, pela Comissão de Assuntos Econômicos da Casa.

No debate na comissão, os senadores manifestaram preocupações com a conjuntura econômica, política de juros, falta de punição para os bancos e "contas fantasmas".

Na sessão extraordinária do Senado destinada a deliberar sobre a mensagem presidencial, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Freire (PPS-PE) e José Fogaça (PMDB-RS) protestaram contra o processo de escolha e nomeação do presidente

do Banco Central. Eles defenderam o desarquivamento de projeto de iniciativa do então senador Itamar Franco determinan-

do que a pessoa que ocupou aquele cargo deve permanecer em "quarentena", longe da iniciativa privada, por até dois anos.

ACM defende "resistência" de Arida

Tradicionalmente o Banco Central costuma emitir muita moeda, satisfazendo a todas pressões. "O resultado de início é favorável: a economia cresce aceleradamente e o governo obtém uma popularidade momentânea. Logo a seguir, no entanto, a hora da verdade chega: a inflação sobe, o desemprego volta e a governabilidade do país fica afetada."

A análise foi feita pelo senador Antônio Carlos Magalhães



Antônio Carlos

(PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em pronunciamento ontem à tarde.

Segundo ACM, na gestão de Pêrsio Arida o Banco Central "teve a firmeza de resistir aos apelos imediatistas. Manteve um controle

duro sobre a política monetária, impedindo que as pressões inflacionárias voltassem. O resultado está aí: 11 meses de programa, inflação da ordem de 1,5% ao mês, sem congelamento".

Aprovada a TV a cabo do Senado

Emissora deverá transmitir sessões e eventos ocorridos no Congresso Nacional

O plenário aprovou ontem projeto de resolução que cria a TV Senado, conforme prevê a Lei 8977, de 6/1/95. A emissora deverá transmitir ao vivo as sessões plenárias e de comissões, e eventos ocorridos no Congresso Nacional.

Utilizando um canal a cabo, a TV Senado produzirá noticiários, debates, além de fornecer material jornalístico para uso direto pelas emissoras de televisão. A coordenação dessas transmissões ficará a cargo da Secretaria de Comunicação Social.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou voto favorável à criação da TV Senado, ressaltando a possibilidade de o povo poder acompanhar o trabalho dos parlamentares. Suplicy disse que, em viagem aos Estados Unidos, pôde constatar que o cidadão americano já tem acesso a um serviço semelhante e pode acompanhar os trabalhos do Congresso através de um canal de TV a cabo.

Ao destacar a importância desse canal como instrumento democrático, o senador Bernardo Cabral (PP-AM) disse que os trabalhos de relevância desenvolvidos pela Casa poderão ter uma repercussão adequada através da TV Senado. Cabral afirmou que o Partido Progressista não só apóia a iniciativa como também a aplaude. O projeto foi aprovado com apenas um voto contrário, do senador Jefferson Peres (PSDB-AM).

DÍVIDA ESTADUAL

Na mesma sessão, também foram aprovadas solicitações dos governos da Paraíba, de Mato Grosso e da Bahia para emissão de Letras Financeiras dos respectivos Tesouros. Os recursos destinam-se ao "giro da dívida mobiliária dos estados, vencível no segundo semestre de 1995". Com isso, os governos estaduais podem aumentar suas respectivas dívidas.

Comissão aprova nome de embaixador na Alemanha

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou na manhã de ontem, em sessão secreta, mensagem presidencial indicando o

nome do diplomata Roberto Pinto Ferreira Abdenor para embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.



Esperidião Amin

Catarinenses pedem duplicação da BR-101

O senador Esperidião Amin (PPR-SC) anunciou que, ainda ontem, ele e os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Vilson Kleinübing (PFL-SC), juntamente com deputados catarinenses, acompanharam uma delegação estadual em audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O objetivo seria entregar um abaixo-assinado com mais de 1 milhão de assinaturas em prol da duplicação da BR-101.

Recursos para saúde

Ao receber ontem o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, o presidente do Senado, José Sarney, prometeu apoio no sentido de que seja votado o mais rápido possível pedido de autorização para o estado contratar empréstimo junto ao Credicop, da Itália. O objetivo do empréstimo é financiar a área da saúde.



Eduardo Suplicy

Ziguezague no comércio exterior preocupa Suplicy

As idas e vindas do governo em matéria de política comercial preocupam o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) porque indicam que não há uma resolução para a política cambial. O último lance dessa política, que resultará em benefício para as montadoras instaladas no país, representaria, segundo ele, fortalecimento dos oligopólios.

O senador ressaltou que, desde o segundo semestre do ano passado, o governo avança e recua entre abrir e restringir as importações. Um dos principais efeitos desse ziguezague, segundo o parlamentar, estaria no aprofundamento do déficit comercial. Para fazer frente a ele, o governo elevou as taxas de juros para atrair capitais externos, muitas vezes especulativos.

Para Suplicy, a medida provisória editada anteontem, ao estabelecer cotas de importação de automóveis, beneficia as montadoras e a prática oligopolística de preços altos no mercado interno.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

9h - Preside Sessão Ordinária do Senado.
11h30 - Recebe, em audiência, o relator especial da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, Maurice Giele Anhanhanzo.

PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado
Pauta: PLC nº 14/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento de radiocomunicação em locomotivas. (Em votação)



Edison Lobão

Lobão diz que Congresso tem solução para fome

A prioridade para a produção subsidiada de arroz e feijão garantiria as energias e proteínas necessárias à eliminação da desnutrição e da fome. Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), esta e outras tantas conclusões que integram a documentação da CPI da Fome, encerrada em dezembro de 1991, devem ser implementadas, pois compõem um conjunto coerente e sério de providências para evitar gastos com sucessivos programas alimentares falidos.

Edison Lobão citou depoimento prestado àquela CPI pelo presidente da União Internacional de Ciência e Nutrição, José Eduardo Dutra de Oliveira, em que ele enfatiza o impacto que teria a prioridade na produção do arroz e do feijão. "Se a população brasileira tiver acesso ao consumo de 210 gramas de arroz e 70 gramas de feijão, numa proporção de 3 para 1, terá um valor protéico semelhante ao do leite ou da carne", disse o senador.

Quanto à merenda escolar, Edison Lobão apoiou-se em depoimento do professor Warwick Kerr, concordando em que a redução da fome deve passar pela utilização de alimentos regionais.

O país deverá produzir anualmente cerca de 15 milhões de toneladas de arroz, 5,5 de feijão, 16,4 de leite, além de carnes, ovos, farinhas, hortaliças e frutas. E deveria subsidiá-la "sem preconceitos", recomendou Lobão.

REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Senado vota ainda este mês quatro emendas

As quatro propostas de emenda constitucional em tramitação no Senado deverão ser votadas antes de julho pelo plenário, informou no início da noite de ontem o presidente José Sarney, após reunir-se com os líderes dos partidos na Casa.

Na reunião, em que se decidiu que o recesso de julho será mantido, também ficou acertado que a emenda que flexibiliza o monopólio da Petrobrás, ainda dependendo de apreciação em segundo turno na Câmara, só será votada no Senado no final de agosto. As emendas que tramitam no Senado tratam do gás canalizado, empresa nacional, navegação de cabotagem e telecomunicações.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da proposta de emenda constitucional do governo sobre telecomunicações, disse na manhã de ontem que espera apresentar seu relatório dentro de 15 dias. Francelino não quis antecipar se manterá o texto como veio

da Câmara dos Deputados (em caso de mudança no Senado, a proposta voltaria à Câmara para mais dois turnos de votação), porque prefere tomar conhecimento detalhado da proposta e do pensamento do conjunto de senadores.

O relator adiantou apenas que é favorável à privatização de toda a telefonia nacional. "É uma realidade que se projeta hoje no mundo inteiro, a privatização, e o Brasil não pode ficar alheio. Mas é importante frisar que cada caso é um caso", explicou Francelino Pereira.

A proposta de emenda constitucional do governo modifica o inciso XI do artigo 21, que trata da concessão de serviços telefônicos, telegráficos e de dados. Pelo texto anual, é permitida apenas a concessão a empresas sob controle acionário estatal. A proposta retira a expressão "empresas sob controle acionário estatal", o que permitiria a concessão a empresas privadas.



Francelino Pereira

Piva apóia mudanças para superar atraso

A reforma da Constituição como necessidade inadiável para a construção de um Brasil melhor foi defendida ontem pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP).

O senador argumentou que a Carta Magna precisa se transformar num "instrumento de união e recuperação da cidadania perdida no emaranhado de uma Carta confusa e em muitos aspectos sem razão de ser".

Pedro Piva disse que o Brasil vive uma situação singular: de um lado está um governo sério que leva adiante o mais bem sucedido plano de estabilização da história nacional; de outro lado, existe um Estado em crise, recém-saído de processo inflacionário jamais vivido por qualquer outro país, no decorrer deste século. Com base nessa avaliação, manifestou seu compromisso de trabalhar com firmeza a fim de mudar a Constituição, via debate democrático, naquilo que for necessário.

Pedro Piva chamou a atenção para o fato de os juros estarem inibindo os investimentos e aumentando a inadimplência, o que resulta na concentração de renda e na ameaça de retorno da ciranda financeira. Piva advertiu que se a situação se prolongar o resultado será recessão, desemprego e crise.

CCJ analisa duas propostas

Dois propostas de emendas à Constituição, a que altera o conceito de empresa nacional e a que abre a navegação de cabotagem a embarcações estrangeiras, deverão ser votadas na próxima quarta-feira (15) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Na reunião de ontem da CCJ, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) apresentou seu parecer sobre a proposta de emenda que abre a navegação de cabotagem a embarcações de outras bandeiras e veda ao Executivo o uso de medida provisória para

regulamentar dispositivos constitucionais alterados por emendas, a partir de 1995. Em seu parecer favorável, Peres rejeitou duas emendas, de autoria dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Lauro Campos (PT-DF). Na última quarta-feira (7), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também leu seu parecer favorável à emenda que altera o conceito de empresa nacional.



Jefferson Peres

A apreciação das duas propostas, no entanto, foi adiada, em função de pedido de vistas coletivo, concedidos por 48 horas.

FHC admite rever verba do Norte no Orçamento

Oito senadores e 70 deputados se unem na defesa da região e obtêm do presidente da República a promessa de estudar as reivindicações

O presidente Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se ontem, em audiência a oito senadores e 70 deputados da Amazônia, a reunir os ministros do Planejamento e da Fazenda para rever as verbas do orçamento federal destinadas a construção e recuperação de estradas na região amazônica.

A informação foi levada ao plenário pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que leu o documento da bancada amazô-

nica apresentado ao presidente da República.

Os políticos do Norte defendem a construção do "linhão" para levar energia elétrica da usina de Tucuruí até Manaus e Macapá, descontingenciamento de verbas do Orçamento de 95 para esses es-



Ademir Andrade

ta da Petrobrás em Barcarena, no Pará, viabilização da hidrovía Araguaia-Tocantins, construção da rodovia de saída para o Pacífico e término das rodovias BR-364 e 317, asfaltamento da Cuiabá-Santarém e recuperação da Transamazônica até Humaitá.



Renan Calheiros

Comissão levanta problemas da fruticultura

O Brasil, apesar de sua vocação natural para a fruticultura, exporta anualmente apenas US\$ 100 milhões de frutas, dentro de um mercado que em termos globais movimentava US\$ 50 bilhões.

Esse fraco desempenho, cerca de 10% das vendas internacionais do Chile, decorre basicamente de uma política agrícola voltada para a produção de cereais e grãos.

Foi o que revelou na manhã de ontem, em palestra na Comissão Especial do Senado sobre o Vale do São Francisco, o coordenador dos programas de apoio à exportação de frutas brasileiras, do Ministério da Agricultura, Andres Vilas. A comissão, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), tem como relator o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Foram ouvidos ontem de manhã também o representante da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Oleg Tarapanoff, e o diretor executivo da Valexport, Fernando Almeida. A Valexport é uma associação de classe responsável por 97% da exportação de frutas do vale do Rio São Francisco.

Odacir defende integração

O 2º Encontro da Bancada Parlamentar da Amazônia, ocorrido em Porto Velho (RO) nos dias 3 e 4 de junho, permitiu aos parlamentares que dele participaram aprofundar sua consciência regional e fixar a percepção da necessidade de integrar a Amazônia ao Brasil e vice-versa, por meio de projetos globais de desenvolvimento.

Essa é a opinião do senador Odacir Soares (PFL-RO), que apresentou o relatório das recomendações e analisou os resultados obtidos na reunião.

"Ao lutar para ser ouvida e para ver devidamente considerados seus desafios e potencialidades, a Amazônia amadureceu na consciência de que, se for acatada e não excluída, será Brasil e os brasileiros, em sua totalidade, é que ganharão", disse Odacir Soares.

Mineração atua na clandestinidade

A exploração mineral no estado de Roraima funciona clandestinamente. Foi o que disse ontem à CPI da Mineração o superintendente do DPF (Polícia Federal), Daniel Norberto, ao afirmar que o estado não tem qualquer área de garimpo que seja legal.

Segundo o delegado, o órgão continua intensificando a chamada "Operação Selva Limpa" na área dos ianomânis, cuja reserva é a mais contestada em decorrência dos conflitos que ocorrem frequentemente entre índios e garimpeiros.

Respondendo a pergunta do senador Romero Jucá (PFL/RR),



Romero Jucá

relator da CPI, o delegado esclareceu que a referida operação não está proporcionando resultado positivo "e nunca resolverá os problemas" provocados pela garimpagem, porque o DPF não dispõe de efetivo e de equipamentos suficientes.

Em audiência pública no plenário da Assembléia Legislativa de Roraima, a CPI da Mineração também ouviu ontem o delegado da Receita Federal, Antonio João Rabelo Filho, o administrador regional da Funai, Suami Santos, além de representantes do DNPM, do Ministério Público Federal, e o presidente da Federação dos Garimpeiros da Amazônia Legal.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.